

RESULTADOS 2T18



Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2018

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia"; BM&FBovespa: TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do País, anuncia hoje seus resultados do segundo trimestre de 2018.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

O Resultado Regulatório a seguir apresentado também foi preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação. Além disso, a partir do primeiro trimestre de 2018, a fim de alinhar o Resultado Regulatório com as demonstrações financeiras apresentadas para a ANEEL, a Companhia passou a apresentar na linha "RAP Concessionárias" os valores referentes a RAP (Receita Anual Permitida) que não são contabilizados no Ativo Financeiro. Estes valores anteriormente eram apresentados na linha de Outras Receitas, acompanhando o Resultado IFRS. É importante mencionar que o Resultado Regulatório não é auditado.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, "Transmineiras"), ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, ERB1 e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Teleconferência em Português

7 de agosto de 2018
Terça-feira
Brasília 11h
Nova York 10h

Tel.: + 55 11 3127-4971
ou + 55 11 3728-5971
Dial in: +1 929 378 3440
Senha: Taesa

Raul Lycurgo Leite	CEO
Marcus Pereira Aucélio	CFO e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br
Telefone	+ 55 21 2212 6060

ÍNDICE

1. DESTAQUES DO RESULTADO	4
2. VISÃO GERAL	6
2.1. Estrutura Societária	6
2.2. Estrutura Societária TBE	6
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	7
3.1. Desempenho Operacional	7
3.2. Ciclo da RAP 2018-2019	8
3.3. Redução de 50% da RAP	9
3.4. Receita Líquida IFRS.....	11
3.5. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	12
3.6. EBITDA / Margem EBITDA IFRS.....	13
3.7. Receita Líquida Regulatória.....	13
3.8. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	14
3.9. EBITDA / Margem EBITDA Regulatório.....	15
3.10. Composição do EBITDA Regulatório.....	16
3.11. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS.....	17
3.12. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória.....	17
3.13. Resultado Financeiro Líquido	18
3.14. Impostos.....	19
3.15. Lucro Líquido.....	22
3.16. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	22
3.17. Endividamento.....	23
3.18. Investimentos	25
3.19. Projetos em Construção	25
4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
4.1. Receita IFRS por concessão	27
4.2. Movimentação do Ativo Financeiro	28
4.3. DRE 2T18.....	29
4.4. DRE IFRS 2T18 (Subsidiárias)	30
4.5. DRE Regulatório 2T18 (Subsidiárias)	31
4.6. Reconciliação do EBITDA	32
4.7. Balanço Patrimonial.....	33
4.8. Balanço Patrimonial TBE	34
4.9. Fluxo de Caixa.....	35

1. DESTAQUES DO RESULTADO

FOCO NO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E GERAÇÃO DE VALOR AO ACIONISTA

Ao longo deste ano a Taesa vem demonstrando seu comprometimento com os principais pilares da Companhia: crescimento sustentável, disciplina financeira, eficiência operacional e geração de valor ao acionista.

A Taesa encerrou o primeiro semestre de 2018 com uma posição de caixa de R\$ 832,8 MM e uma dívida líquida de R\$ 2,3 bilhões, registrando uma alavancagem de 1,4x Dívida Líquida / EBITDA contra 1,7x registrada ao fim do 2T17. É importante ressaltar que neste mesmo período, a Companhia desembolsou um valor total de R\$ 413 MM, ou R\$ 1,20 por Unit, a título de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), um montante 17% maior que o pago no primeiro semestre de 2017.

O Conselho de Administração da Companhia, inclusive, aprovou hoje a distribuição de R\$ 164,3 MM (R\$ 0,48/Unit) a título de dividendos intercalares e JCP, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2018. O pagamento referente a esta distribuição ocorrerá no dia 20 de agosto de 2018 com base na posição acionária de 9 de agosto de 2018.

O panorama de aumento nos índices de inflação em 2018, principalmente no IGP-M, vem possibilitando a Companhia distribuir um maior volume de dividendos e JCP. O IGP-M acumulado no 2T18 foi de +2,60% ante uma deflação de -2,00% no mesmo período em 2017. Este foi o principal fator a influenciar o crescimento substancial do lucro líquido em IFRS entre os períodos: R\$ 259,3 MM no 2T18 versus R\$ 72,0 MM no 2T17, um aumento anual de R\$ 187,2 MM (+260%). Olhando o acumulado do ano, o IGP-M registrou +4,37% versus uma deflação acumulada de -0,76% no 1S17. Com isso, o lucro líquido acumulado de 2018 apresentou um aumento expressivo de 74,3% contra o mesmo período de 2017, totalizando R\$ 476,5 MM no 1S18.

O EBITDA Regulatório da Companhia totalizou R\$ 361,3 MM no 2T18, 6,1% menor quando comparado ao mesmo período de 2017. A margem EBITDA no 2T18 ficou em 87,3%, ante a uma margem EBITDA de 88,8% no 2T17. O corte de 50% na RAP em algumas de nossas concessões no ciclo 2017-2018, em conjunto com uma maior PV e despesa pontual, foram os principais responsáveis pela redução do EBITDA entre os períodos comparados. Considerando as investidas em conjunto e coligadas, o EBITDA totalizou R\$ 462,1 MM no 2T18, com uma margem EBITDA de 87,7%.

A taxa de disponibilidade das linhas de transmissão da Taesa se manteve em 99,97%, confirmando o compromisso da Companhia em manter a qualidade na operação e manutenção dos ativos que opera. A variação anual negativa na parcela variável (PV) de R\$ 5,0 MM foi provocada, sobretudo, por eventos intempestivos. A Companhia vem recorrendo junto a ONS para a reverter estes montantes provisionados na PV.

A Taesa mantém total foco no crescimento sustentável. A maior prioridade da Companhia atualmente é na execução e entrega no prazo de seus 8 projetos em construção, que totalizam R\$ 3,2 bilhões de investimentos e R\$ 584 milhões de RAP (considerando apenas o stake Taesa). A Companhia tem trabalhado com vistas à antecipação de entrega de alguns desses empreendimentos, buscando eficiência de Capex e de financiamento, com o objetivo de alavancar ainda mais os seus retornos.

Vale destacar que, em maio deste ano, a Companhia repactuou o Credit Agreement com o Citibank, prorrogando a data de vencimento de setembro de 2019 para maio de 2023 e sua taxa de juros de Libor+1,99% para Libor+0,34%, ao valor de principal de R\$ 350 MM pós-swap. Com essa repactuação, a Taesa alongou o prazo médio da sua dívida ao mesmo tempo em que reduziu a taxa de juros em Real do Credit Agreement de 114% para 106% do CDI. E em julho de 2018 a Taesa concluiu a 5ª emissão de debêntures a um custo de IPCA+5,95% e vencimento em 7 anos, no montante de R\$ 525,8 MM a ser destinado como aporte nos três projetos em construção (Janaúba, Aimorés e Paraguaçu) e a um reforço na Novatrans.

É importante ressaltar também o comportamento da Taesa no último leilão de transmissão, realizado em junho deste ano. Ante um cenário de elevados deságios, a Companhia manteve sua disciplina financeira e sua estratégia de crescimento com geração de valor.

Por fim, vale mencionar a revisão dos ratings de crédito da S&P atribuídos a Taesa, de brAA- para brAAA, na escala nacional. Com essa mudança, a Companhia passa a deter a nota de crédito máxima na escala nacional nas três principais

agências de rating (Fitch, Moody's e S&P), atestando a sua capacidade para honrar as suas obrigações financeiras e reafirmando sua credibilidade perante o mercado.

Principais Indicadores do 2T18 e do 6M18

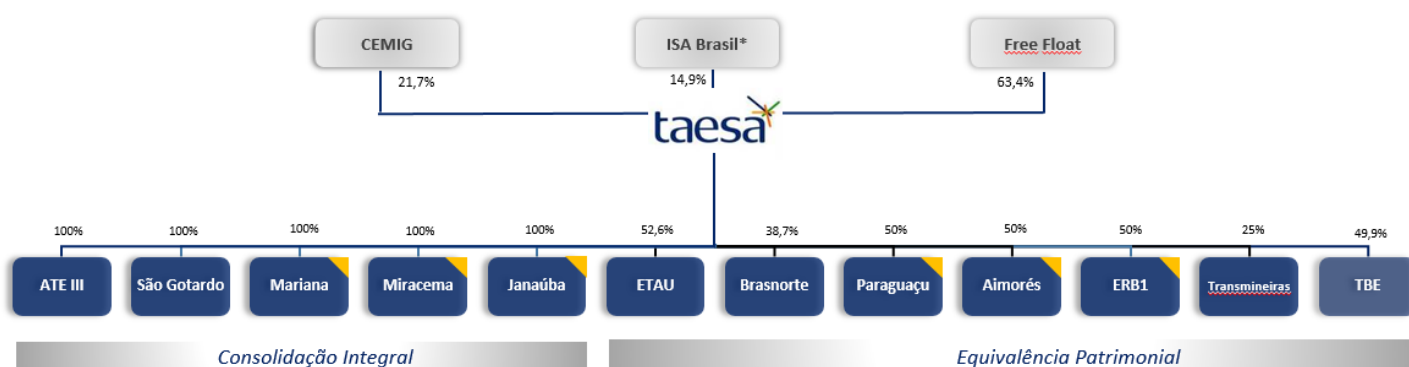
Consolidado						
R\$ MM	2T18	2T17	Var.%	6M18	6M17	Var.%
Receita Líquida Reg.	413,9	433,2	-4,5%	832,5	872,3	-4,6%
EBITDA Reg.	361,3	384,9	-6,1%	734,7	779,6	-5,8%
Margem EBITDA Reg.	87,3%	88,8%	-1,6 pp	88,2%	89,4%	-1,1 pp
Receita Líquida IFRS	351,2	169,3	107,5%	667,9	501,6	33,2%
Lucro Líquido IFRS	259,3	72,0	259,9%	476,5	273,4	74,3%
Dívida Líquida	2.311,2	2.721,1	-15,1%	2.311,2	2.721,1	-15,1%

Consolidado e Participações						
R\$ MM	2T18	2T17	Var.%	6M18	6M17	Var.%
Receita Líquida Reg.	526,7	553,1	-4,8%	1.061,8	1.324,2	-19,8%
EBITDA Reg.	462,1	494,9	-6,6%	939,7	1.188,3	-20,9%
Margem EBITDA Reg.	87,7%	89,5%	-1,7 bps	88,5%	89,7%	-1,2 pp
Dívida Líquida	2.694,8	3.125,6	-13,8%	2.694,8	3.125,6	-13,8%
Div. Líquida/EBITDA	1,4	1,7	-16,7%	1,4	1,7	-16,7%

2. VISÃO GERAL

2.1. Estrutura Societária

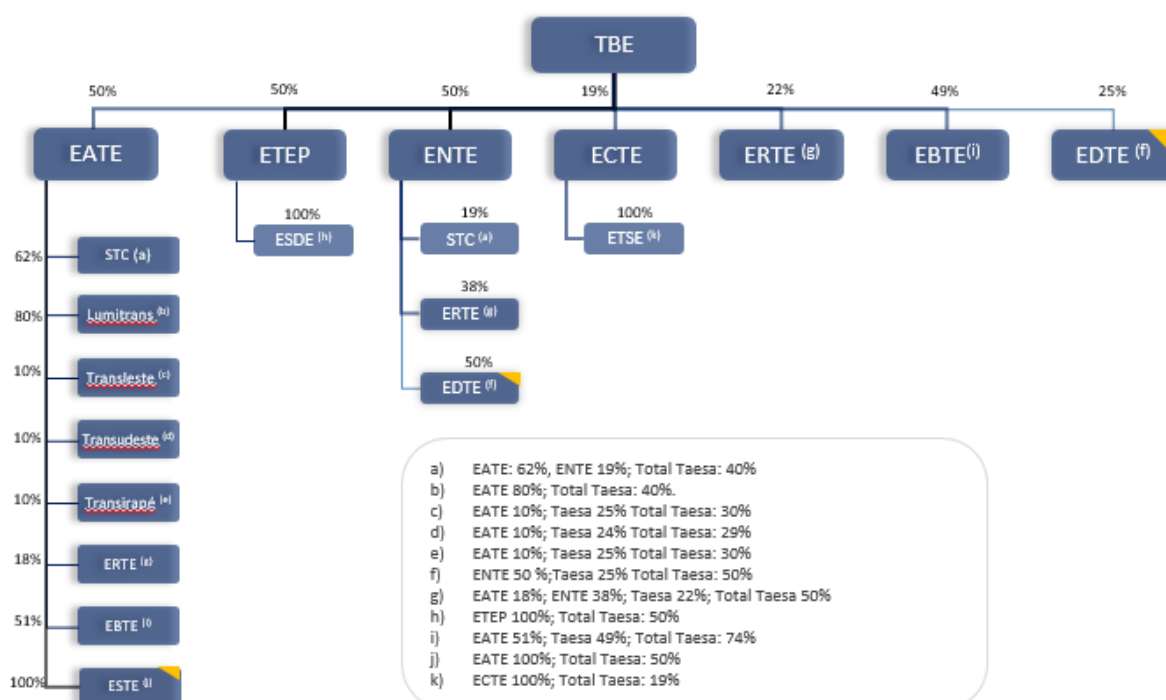
As 35 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II), (ii) 5 investidas integrais (ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema e Janaúba) e (iii) 20 participações (ETAU, Brasnorte, Paraguaçu, Aimorés, Paraguaçu, ERB1, Transmineiras e TBE).



* ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Em construção

2.2. Estrutura Societária TBE



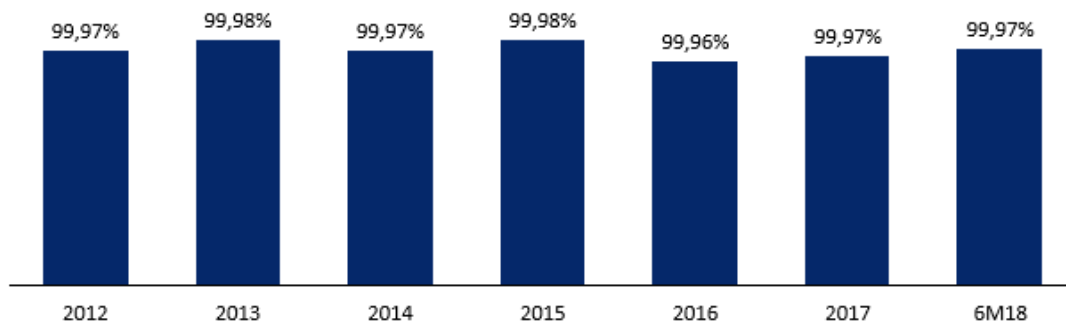
TBE é o nome fantasia dado ao grupo de 15 concessões.

em construção

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Desempenho Operacional

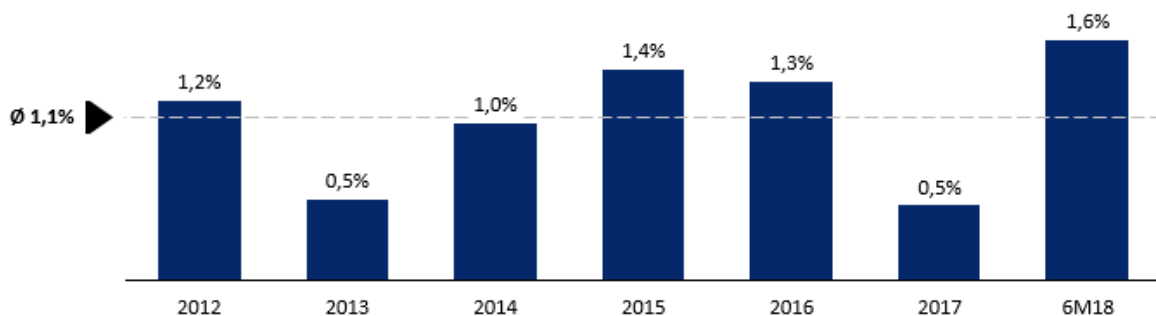
Com um desempenho operacional consistente ao longo dos anos, a Taesa apresentou, nos 6 primeiros meses de 2018, uma taxa média consolidada de disponibilidade da linha de 99,97%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Brasnorte, Transmineiras e TBE.



A Taxa de Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.

$$\sum \frac{(Extensão da linha \times horas disponíveis)/100}{(Extensão da linha \times 8.670 horas)/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



A PV do primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 15,0 MM, maior em R\$ 7,4 MM na comparação com o mesmo período do ano anterior. Este aumento foi provocado, principalmente, pelo (i) provisionamento referente ao desligamento automático na ATE II (LT 500 kV Ribeiro Gonçalves / São João do Piauí C1) e (ii) pela manutenção corretiva no banco de reatores 05E7 da SE Sobradinho (ATE II), visando sanar vazamento de óleo nas fases A e B. Não obstante o provisionamento realizado, a Companhia vem recorrendo junto ao ONS a fim de reverter os montantes provisionados. Vale destacar que, no ano passado, a Taesa conseguiu reverter uma série de provisionamentos de PV, fechando 2017 com uma Parcela Variável de 0,5% da RAP, comprovando seu histórico bem-sucedido de eficiência operacional.

3.2. Ciclo da RAP 2018-2019

Em junho de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.408/18 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2018-2019, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2018 até 30 de junho de 2019. Portanto, estas receitas irão se refletir somente a partir do resultado do 3T18. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste de 4,26%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste de 2,86%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo 2016/2017	Ciclo 2017/2018	Ciclo 2018/2019
Ajuste IGP-M	11,1%	1,6%	4,3%
Novatrans ²	512,2	517,2	413,5
TSN ²	494,9	427,9	279,6
Munirah	35,9	36,5	38,0
GTESA	9,2	9,4	5,8
PATESA ²	23,9	25,0	26,1
ETAU ¹²	22,4	24,2	25,2
ETEO	112,8	88,1	91,9
NTE ²	151,0	153,4	125,2
STE ²	80,3	81,6	85,3
ATE I ²	146,7	149,0	155,4
ATE II ²	226,7	230,3	240,2
EATE ¹²	211,1	177,1	113,6
EETEP ¹	48,3	28,2	25,6
ENTE ¹	110,8	112,6	117,4
ECTE ¹	15,1	9,0	9,4
ERTE ¹²	24,9	25,3	26,3
Lumitrans ¹²	10,5	10,7	11,1
Transleste ¹⁶	2,0	12,2	12,8
Transirapé ¹⁶	1,5	9,8	10,2
Transudeste ¹⁶	1,2	7,3	7,6
Subtotal	2.241,6	2.134,7	1.820,4
Ajuste IPC-A	9,3%	3,6%	2,9%
ATE III ²³⁵	112,2	116,3	119,8
São Gotardo ³	5,0	5,2	5,2
Mariana ³⁴	13,8	14,3	14,7
Miracema ³⁴	58,3	60,4	62,1
Janaúba ³⁴	174,6	180,3	185,4
Aimorés ³⁴	35,7	36,9	37,9
Paraguaçu ³⁴	53,3	55,0	56,6
Brasnorte ¹²³	9,7	10,1	10,2
STC ¹²³⁵	16,6	17,6	18,1
EBTE ¹²³	32,9	34,0	35,8
ESDE ¹³	6,3	6,5	6,7
ETSE ¹²³	4,1	3,7	3,8
ESTE ³⁴	50,5	52,1	53,6
ERB1 ¹³⁴	-	136,6	140,5
EDTE ¹³⁴⁷	-	32,1	33,0
Subtotal	573,1	761,1	783,4
Total	2.815	2.896	2.604

¹ Valor de RAP proporcional a participação da Taesa em julho de 2018

² Incluindo os projetos de reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

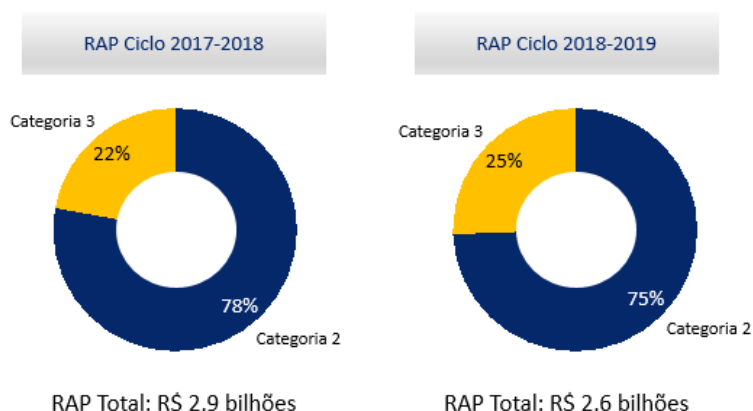
⁶ TAESA aumentou stake em novembro de 2017

⁷ Aquisição em março de 2018

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas¹, a RAP total (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2018-2019 é de R\$ 2.604 MM, sendo 56% no nível da *holding*. Como oito concessões ainda estão em fase de construção (Mariana, Miracema, Janaúba, Paraguaçu, Aimorés, ESTE, ERB1 e EDTE), a RAP operacional da Taesa para o ciclo 2018-2019 ficou em R\$ 2.020 MM.

O reajuste da RAP para o ciclo 2018-2019 foi diferente da inflação pelos seguintes motivos: (i) **Novatrans**, **GTESA**, **NTE**, **TSN**, **EATE** e **EETEP** sofreram o corte de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide página 9); (ii) **STE** apresentou entrada em operação de novas melhorias; (iii) **São Gotardo** apresentou efeito de revisão tarifária; (iv) **Brasnorte** apresentou entrada em operação de reforços e efeito de revisão tarifária; e (v) **EBTE** apresentou entrada em operação de reforço.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, ERB1 e EDTE devem ser adicionados de PIS/COFINS.



3.3. Redução de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2017-2018 e 2018-2019, sete concessões atingiram ou irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans (NVT)**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018; 19,4% da RAP entrará no 16º ano de operação em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018 e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrará no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrará no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrará no 16º ano de operação em 27/6/2019. No ciclo 2019-2020, 36,6% da RAP entrará no 16º ano de operação em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.

Para os ciclos futuros, treze concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrará no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrará no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ECTE entrará no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrará no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrará no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE entrará no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrará no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrará no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Nos ciclos anteriores, duas concessões atingiram o 16º anos de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE**³: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.

Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria 2 sujeitos ao corte de 50% da RAP no início do 16º de operação.

3.4. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 2T18 foi de R\$ 351,2 MM, 107,5% maior que o 2T17, devido principalmente ao crescimento da Receita de Correção Monetária do Ativo Financeiro influenciada por um maior IGP-M no 2T18.

Considerando a previsibilidade do reajuste inflacionário da receita da Companhia, que é assegurado no contrato de concessão, a Taesa reconhece esses efeitos mensalmente. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior.

Os índices utilizados para a correção monetária do segundo trimestre de 2018 foram: IGP-M de 0,64%, 0,57% e 1,38%, e IPCA de 0,09%, 0,22% e 0,40%, para os meses de março, abril e maio de 2018, respectivamente. No segundo trimestre de 2017, o IGP-M apurado foi de 0,01%, -1,10% e -0,93%, e o IPCA, de 0,25%, 0,14% e 0,31% para os respectivos meses.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
Receita Líquida	2T18	2T17	Var. %	2T18	2T17	Var. %
Operação e Manutenção	139,8	137,5	1,7%	155,8	152,6	2,1%
Remuneração do Ativo Financeiro	128,0	150,1	-14,7%	169,1	190,5	-11,3%
Correção Monetária do Ativo Financeiro	104,6	(87,5)	-	158,9	(130,4)	-
Construção	25,6	3,6	620,7%	36,4	4,1	779,0%
Total da Receita IFRS	398,0	203,6	95,5%	520,3	216,9	139,9%
Parcela Variável	(11,4)	(6,4)	78,5%	(11,6)	(6,4)	80,0%
Outras Receitas	5,2	2,5	108,0%	9,8	6,5	50,2%
Total Receita Bruta	391,8	199,7	96,2%	518,5	217,0	139,0%
PIS e COFINS	(20,5)	(9,9)	106,4%	(26,4)	(11,2)	135,9%
ISS	(0,05)	(0,05)	2,2%	(0,05)	(0,05)	2,2%
Encargos Setoriais	(20,0)	(20,5)	-2,0%	(24,9)	(25,5)	-2,6%
Total Deduções	(40,6)	(30,4)	33,3%	(51,3)	(36,8)	39,6%
Total Receita Líquida	351,2	169,3	107,5%	467,2	180,2	159,3%

A variação e a composição da receita líquida da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Receita de O&M:** A variação positiva de 1,7% na comparação entre o 2T18 e o 2T17 se deve ao reajuste inflacionário do ciclo 2017-2018 de 1,6% no IGP-M e 3,6% no IPCA, que impactou o 2T18.
- **Remuneração do Ativo Financeiro:** Calculada pela multiplicação da taxa de retorno (TIR) sobre o saldo do ativo financeiro. A queda de 14,7% entre o 2T18 e o 2T17 se deve, basicamente, à amortização do ativo financeiro pelos recebimentos e de sua correção monetária nos últimos 12 meses.
- **Correção Monetária do Ativo Financeiro:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. Esta linha da receita apresentou um aumento de R\$ 192,1 MM em razão dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados. No 2T17, o IGP-M acumulado foi de -2,00% e o IPCA 0,70% (entre os meses de março, abril e maio de 2017, base para a correção monetária do segundo trimestre). No 2T18, o IGP-M acumulado foi de 2,60% e o IPCA de 0,71% (entre os meses de março, abril e maio de 2018).
- **Receita de Construção:** A variação positiva de R\$ 22,1 MM entre o 2T18 e o 2T17 é justificada, principalmente, em função da receita de construção de Miracema e Mariana, que registraram um aumento de R\$ 16,1 MM e 1,4 MM, respectivamente, e pela receita de construção relativa a melhorias e reforços nas concessões TSN e Novatrans que apresentaram um crescimento de R\$ 3,4 MM no período.
- **Parcela Variável (PV):** O aumento de 78,5% na comparação anual se deu em razão principalmente (i) do provisionamento referente ao desligamento automático em linha de transmissão de 500 kV na ATE II e (ii) da manutenção corretiva em banco de reatores da SE Sobradinho (ATE II). Para maiores detalhes vide página 7.
- **Outras Receitas:** A variação positiva entre os trimestres de 2018 e 2017 é explicada, principalmente pela receita de O&M referente ao seccionamento de linha na concessão TSN pela CHESF, na subestação Igarapã III, e pelo

reembolso dos custos com a supervisão da respectiva obra, que totalizaram R\$ 3,6 MM. O valor recorrente da parcela mensal de O&M da RAP, com base no ciclo 2017-2018, é de R\$ 159,9 mil.

- **Deduções:** O aumento de 33,3% na comparação anual ocorreu em função, principalmente, do PIS/COFINS que seguiu a elevação na receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide página 20).

No segundo trimestre de 2018, a receita líquida IFRS da TBE atingiu R\$ 98,1 MM (+1234% vs 2T17), ETAU R\$ 6,7 MM (+494% vs 2T17), Brasnorte R\$ 1,0 MM (-58,4% vs 2T17), Aimorés R\$ 1,0 MM (+R\$ 1,0 MM vs 2T17), Paraguaçu R\$ 0,6 MM (+R\$ 0,6 MM vs 2T17), ERB1 R\$ 2,2 MM e Transmineiras R\$ 6,2 MM.

3.5. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 81,4 MM no 2T18, 46,8% acima na comparação anual.

As variações nos custos IFRS, na comparação entre o 2T18 e o 2T17, foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos: (i) aumento de 15,1% na linha de Pessoal é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos funcionários em função do acordo coletivo, pela correção do erro sistêmico no provisionamento de verbas e encargos relacionados a férias, 13º salário e PLR, conforme mencionado no trimestre passado, e pelo aumento no número de funcionários em função das SPEs; (ii) aumento de R\$ 21,3 MM na linha de Material se deve, principalmente, ao crescimento de R\$ 15,5 MM nos custos de construção em Miracema e R\$ 1,4 MM em Mariana, e à variação positiva de R\$ 3,0 MM na Novatrans e na TSN referente a gastos com reforços e melhorias; (iii) aumento de R\$ 1,4 MM em Serviço de Terceiros se deve, sobretudo, por maiores despesas administrativas, especialmente aquelas referentes à provisão para contingências jurídicas; e (iv) redução na linha de Outros em razão, principalmente, de renegociação com fornecedor de seguros, gerando economia para a Companhia.

Excluindo o efeito pontual do correção do erro sistêmico no montante de aproximadamente R\$ 2,0 MM, a linha de Pessoal apresentaria um crescimento de 7,8% na comparação anual. Vale ressaltar que este crescimento contempla a contratação de funcionários em função das novas SPEs.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
IFRS	2T18	2T17	Var.%	2T18	2T17	Var.%
Pessoal	(31,8)	(27,7)	15,1%	(37,4)	(32,2)	16,3%
Material	(28,0)	(6,7)	315,8%	(38,9)	(8,8)	343,4%
Serviços de Terceiros	(14,2)	(12,9)	10,6%	(19,2)	(16,9)	13,6%
Outros	(5,7)	(7,3)	-22,1%	(6,8)	(8,4)	-19,2%
Total	(79,8)	(54,6)	46,1%	(102,4)	(66,3)	54,4%
Depreciação e Amortização	(1,6)	(0,8)	97,4%	(1,9)	(1,0)	81,7%
Total	(81,4)	(55,4)	46,8%	(104,3)	(67,4)	54,8%

A linha de Material no resultado consolidado da Taesa somado às suas participações sofreu impacto no 2T18 dos custos com as obras de construção na ERB1, Aimorés, Paraguaçu, EDTE e ESTE, totalizando R\$ 38,9 MM.

No segundo trimestre de 2018, os custos, despesas e Depreciação e Amortização da TBE totalizaram R\$ 15,3 MM (+51,0% vs 2T17), ETAU R\$ 2,8 MM (+202% vs 2T17), Brasnorte R\$ 0,5 MM (-40,1% vs 2T17), Aimorés R\$ R\$ 1,0 MM (+R\$ 0,9 MM vs 2T17), Paraguaçu R\$ 0,5 MM (+247% vs 2T17), ERB1 R\$ 2,0 MM e Transmineiras R\$ 0,7 MM.

3.6. EBITDA / Margem EBITDA IFRS

EBITDA IFRS no 2T18 totalizou R\$ 271,4 MM com margem EBITDA de 77,3%. O aumento de 137% do EBITDA IFRS na comparação anual é explicado, principalmente, pela diferença no índice de inflação IGP-M, registrada entre esses períodos. Tanto o IGP-M quanto o IPCA impactam a receita de Correção Monetária do Ativo Financeiro, conforme descrito na seção da Receita Líquida IFRS (página 11).

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS	Consolidado			Consolidado e Participações		
	2T18	2T17	Var. %	2T18	2T17	Var. %
Receita Líquida	351,2	169,3	107,5%	467,2	180,2	159,3%
Custos e Despesas	(79,8)	(54,6)	46,1%	(102,4)	(66,3)	54,4%
EBITDA	271,4	114,7	136,8%	364,8	113,9	220,4%
Margem EBITDA	77,3%	67,7%	9,5 pp	78,1%	63,2%	14,9 pp

No segundo trimestre de 2018, o EBITDA IFRS da TBE foi de R\$ 83,0 MM (+ R\$ 85,6 MM vs 2T17), ETAU R\$ 3,8 MM (+ R\$ 3,6 MM vs 2T17), Brasnorte R\$ 0,5 MM (-68,2% vs 2T17), Aimorés R\$ 0,03 MM (+ R\$ 0,1 MM vs 2T17), Paraguaçu R\$ 0,1 MM (+ R\$ 0,3 MM vs 2T17), ERB1 R\$ 0,2 MM e Transmineiras R\$ 5,6 MM.

3.7. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 2T18 totalizou R\$ 413,9 MM, 4,5% menor que no 2T17.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção da Receita Líquida IFRS (página 11), visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo financeiro que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS.

A variação negativa na linha da RAP foi ocasionada, principalmente, pela redução de 50% da RAP na TSN (que atinge o 16º ano de operação no ciclo 2017-2018) e pelo reflexo da queda de 50% da RAP na ETEO no ciclo anterior (2016-2017), cujo impacto na RAP consolidada foi reduzido em parte pelo reajuste da inflação no ciclo 2017-2018. Vale mencionar aqui o valor adicional na RAP do 2T18 de R\$ 3,6 MM referente à operação e manutenção do seccionamento de linha na concessão TSN pela CHESF, na subestação Igarorã III, e ao reembolso dos custos com a supervisão da respectiva obra. O valor recorrente da parcela mensal de O&M da RAP, com base no ciclo 2017-2018, é de R\$ 159,9 mil.

O aumento de 78,5% da Parcela Variável (PV) na comparação anual se deu em razão principalmente (i) do provisionamento referente ao desligamento automático em linha de transmissão de 500 kV na ATE II e (ii) da manutenção corretiva em banco de reatores da SE Sobradinho (ATE II). Vide página 7 para maiores detalhes sobre estes eventos.

No segundo trimestre de 2018, a receita líquida regulatória da TBE foi R\$ 99,0 MM (-11,7% vs 2T17), ETAU R\$ 5,7 MM (+4,9% vs 2T17), Brasnorte R\$ 2,4 MM (+4,6% vs 2T17) e Transmineiras R\$ 5,6 MM.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
Receita Líquida	2T18	2T17	Var.%	2T18	2T17	Var.%
RAP Concessionárias	467,7	483,0	-3,1%	590,7	613,0	-3,6%
PV	(11,4)	(6,4)	79%	(11,6)	(6,4)	80,0%
Receita do Serviço	456,3	476,6	-4,2%	579,1	606,6	-4,5%
Outras Receitas	0,5	0,3	66,7%	0,5	0,7	-28,6%
Total Receita Bruta	456,9	476,9	-4,2%	579,6	607,3	-4,6%
PIS e COFINS	(22,8)	(23,1)	-1,4%	(28,0)	(28,6)	-2,1%
ISS	(0,05)	(0,05)	2,2%	(0,05)	(0,05)	2,2%
Encargos Setoriais	(20,0)	(20,5)	-2,0%	(24,8)	(25,5)	-2,7%
Total Deduções	(42,9)	(43,6)	-1,7%	(52,9)	(54,2)	-2,4%
Total Receita Líquida	413,9	433,2	-4,5%	526,7	553,1	-4,8%

3.8. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 100,0 MM no 2T18, 5,0% maior quando comparado ao 2T17.

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e Depreciação e Amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de construção no ativo financeiro. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado.

Conforme explicado anteriormente, as variações nos custos entre o 2T18 e o 2T17 são explicadas principalmente pelos seguintes eventos: (i) aumento de 15,1% na linha de Pessoal é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos funcionários em função do acordo coletivo, pela correção do erro sistêmico no provisionamento de verbas e encargos relacionados a férias, 13º salário e PLR, conforme mencionado no trimestre passado, e pelo aumento no número de funcionários em função das SPEs; (ii) aumento de R\$ 1,4 MM em Serviço de Terceiros se deve, sobretudo, por maiores despesas administrativas, especialmente aquelas referentes à provisão para contingências jurídicas; e (iii) redução na linha de Outros em razão, principalmente, de renegociação com fornecedor de seguros, gerando economia para a Companhia.

Excluindo o efeito pontual da correção do erro sistêmico no montante de aproximadamente R\$ 2,0 MM, a linha de Pessoal apresentaria um crescimento de 7,8% na comparação anual, levando o total dos custos e despesas operacionais a um crescimento de 4,7% no período. Vale ressaltar que este crescimento contempla a contratação de funcionários em função das novas SPEs.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
Regulatório	2T18	2T17	Var.%	2T18	2T17	Var.%
Pessoal	(31,8)	(27,7)	15,1%	(37,4)	(32,2)	16,3%
Material	(0,83)	(0,46)	80,7%	(1,1)	(0,6)	70,5%
Serviços de Terceiros	(14,2)	(12,9)	10,6%	(19,2)	(16,9)	13,6%
Outros	(5,7)	(7,3)	-22,1%	(6,8)	(8,4)	-19,2%
Total	(52,6)	(48,3)	8,9%	(64,6)	(58,2)	10,9%
Depreciação e Amortização	(47,4)	(46,9)	1,1%	(59,4)	(58,2)	2,1%
Total	(100,0)	(95,2)	5,0%	(123,9)	(116,4)	6,5%

No segundo trimestre de 2018, os custos, despesas e Depreciação e Amortização regulatórios da TBE totalizaram R\$ 19,6 MM (+6,0% vs 2T17), ETAU R\$ 1,3 MM (+2,3% vs 2T17), Brasnorte R\$ 1,1 MM (-13,1% vs 2T17), Aimorés R\$ 0,2 MM (+138% vs 2T17), Paraguaçu R\$ 0,2 MM (+15,1% vs 2T17), ERB1 R\$ 0,2 MM e Transmineiras R\$ 1,3 MM.

3.9. EBITDA / Margem EBITDA Regulatório

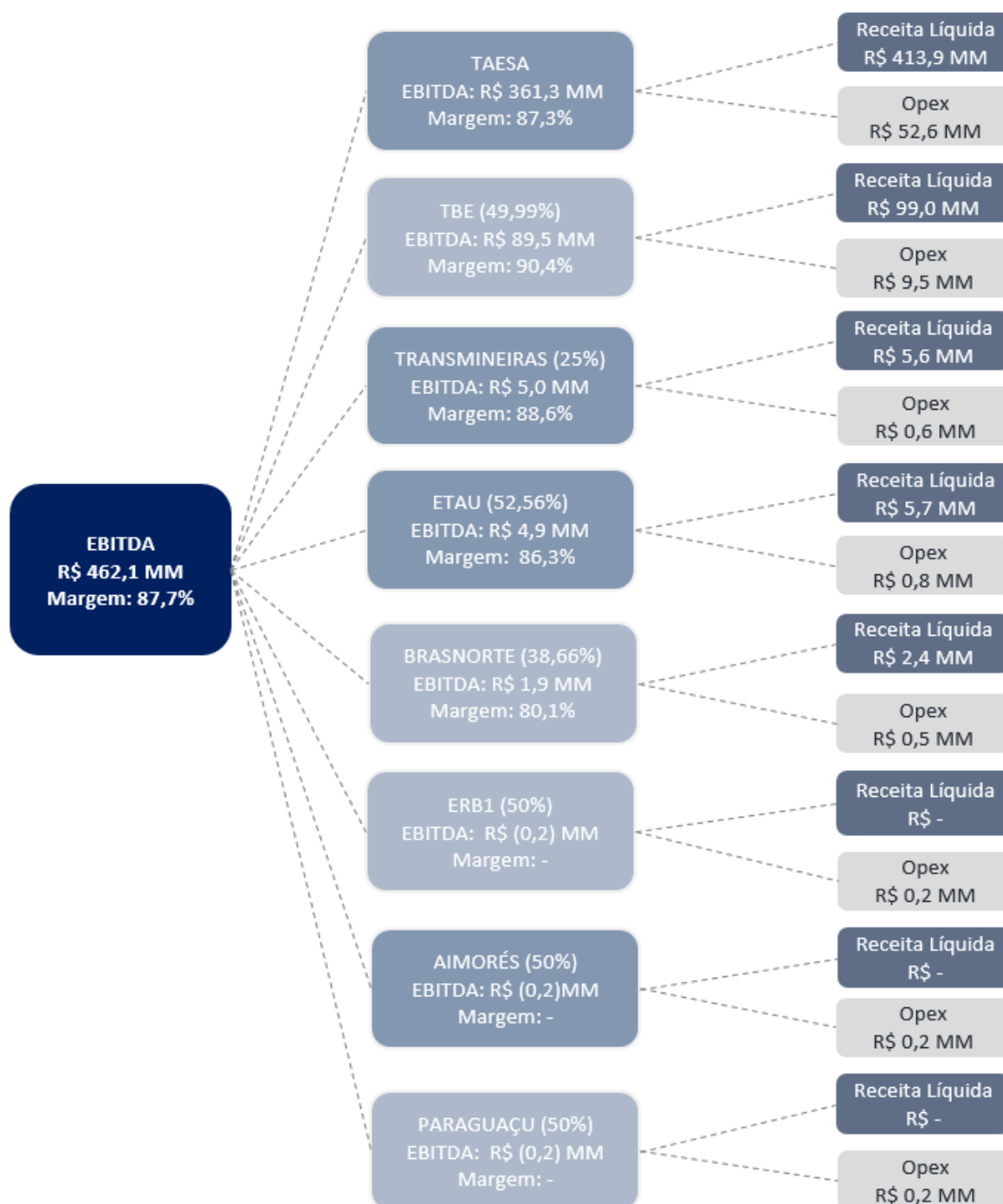
O EBITDA Regulatório do 2T18 totalizou R\$ 361,3 MM, 6,1% inferior ao registrado no 2T17, e uma margem EBITDA de 87,3%. A queda anual é explicada principalmente pelo corte de 50% da RAP de algumas concessões, pelo aumento da PV em função de eventos intempestivos e pela correção neste trimestre do erro sistêmico no provisionamento de verbas e encargos dos funcionários ocorrido no 1T18.

No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório	Consolidado			Consolidado e Participações		
	2T18	2T17	Var. %	2T18	2T17	Var. %
Receita Líquida	413,9	433,2	-4,5%	526,7	553,1	-4,8%
Custos e Despesas	(52,6)	(48,3)	8,9%	(64,6)	(58,2)	10,9%
EBITDA	361,3	384,9	-6,1%	462,1	494,9	-6,6%
Margem EBITDA	87,3%	88,8%	-1,6 pp	87,7%	89,5%	-1,7 pp

3.10. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra como seria o EBITDA Regulatório segundo trimestre de 2018 considerando todas as concessões do grupo Taesa, proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, ERB1, Transmineiras e TBE).



3.11. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 2T18 totalizou R\$ 74,8 MM, R\$ 70,9 MM acima na comparação com o 2T17.

O maior resultado do grupo TBE foi o principal motivo para a variação expressiva no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o segundo trimestre de 2018 e o mesmo período de 2017. Além disso, deve-se considerar a participação direta da Taesa nas Transmineiras a partir de novembro de 2017.

Os principais impactos na TBE foram: (i) aumento de R\$ 92 MM na receita da Correção Monetária do Ativo Financeiro quando comparado ao 2T17 em razão da diferença do IGP-M apurado entre os períodos comparados (+2,60% no 2T18 versus -2,00% no 2T17); e (ii) redução de 37,9% no resultado financeiro líquido na comparação anual, impactado principalmente pela quitação da 2ª emissão de debêntures da EATE e ECTE em outubro de 2017 e pela queda no CDI.

R\$ MM	IFRS		
Equivalência Patrimonial	2T18	2T17	Var. %
ETAU	2,4	(0,1)	-
Brasnorte	0,6	1,3	-53,9%
TBE	66,9	2,8	2306,6%
Aimorés	0,002	(0,1)	-
Paraguaçu	0,1	(0,1)	-
Transmineiras	4,6	-	
Total Equivalência Patrimonial	74,7	3,7	1895,4%

3.12. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T18 totalizou R\$ 58,7 MM, 1,8% menor que o registrado no 2T17.

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T18 foi 1,8% menor em comparação ao mesmo período de 2017, em função principalmente da queda na RAP (concessões EATE, ETEP e ECTE).

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, ERB1, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

R\$ MM	Regulatório		
Resultado Controladas	2T18	2T17	Var. %
ETAU	2,7	2,5	7,7%
Brasnorte	1,1	0,9	26,4%
TBE	65,6	70,3	-6,7%
Aimorés	(0,1)	(0,1)	83,6%
Paraguaçu	(0,1)	(0,2)	-22,7%
Transmineiras	3,4	-	
Resultado das Controladas	72,3	73,5	-1,5%
Amortização do ágio - TBE	13,6	13,6	
Resultado de Equivalência	58,7	59,8	-1,8%

3.13. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida totalizou R\$ 54,7 MM no 2T18, 3,1% acima na comparação com o 2T17, explicada basicamente pelo aumento do IPCA, que compensou a redução da dívida e a queda do CDI.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
Resultado Financeiro	2T18	2T17	Var.%	2T18	2T17	Var.%
Receitas Financeiras	12,9	18,6	-30,4%	14,3	20,8	-31,2%
Renda de aplicação financeira	12,9	18,6	-30,4%	14,3	20,8	-31,2%
Despesas Financeiras	(67,6)	(71,7)	-5,6%	(77,1)	(85,7)	-10,0%
Juros incorridos	(41,2)	(60,8)	-32,3%	(49,8)	(74,8)	-33,4%
Variações monetárias e cambiais	(28,0)	(10,0)	180,8%	(28,3)	(9,4)	202,0%
Ajuste ao valor justo	4,3	1,1	290,6%	4,3	1,1	290,6%
Outras Despesas/Receitas Financeiras	(2,8)	(1,9)	43,2%	(3,2)	(2,6)	25,5%
Total	(54,7)	(53,1)	3,1%	(62,8)	(64,9)	-3,3%

A variação negativa de 30,4% na Receita Financeira, na comparação entre o 2T18 e o mesmo período de 2017, se deve à queda do CDI no período (1,56% no 2T18 vs 2,50% no 2T17).

A queda de 32,3% dos juros incorridos na comparação anual se deu, principalmente, pelo menor volume de dívida bruta no 2T18, em decorrência da liquidação da 1ª série da 3ª emissão de debêntures em outubro de 2017, no valor de R\$ 665 MM, e das liquidações da 2ª e 4ª séries da 2ª emissão de debêntures em dezembro de 2017, no valor de R\$ 195 MM. Além disso, a queda do CDI entre os períodos comparados também influenciou a linha dos juros incorridos.

O aumento anual de 180,8% na linha de variações monetárias e cambiais foi resultado do crescimento do IPCA entre os períodos comparados e do maior volume de dívida bruta indexada a IPCA (4ª emissão de debêntures captada em outubro de 2017 no valor de R\$ 255 MM).

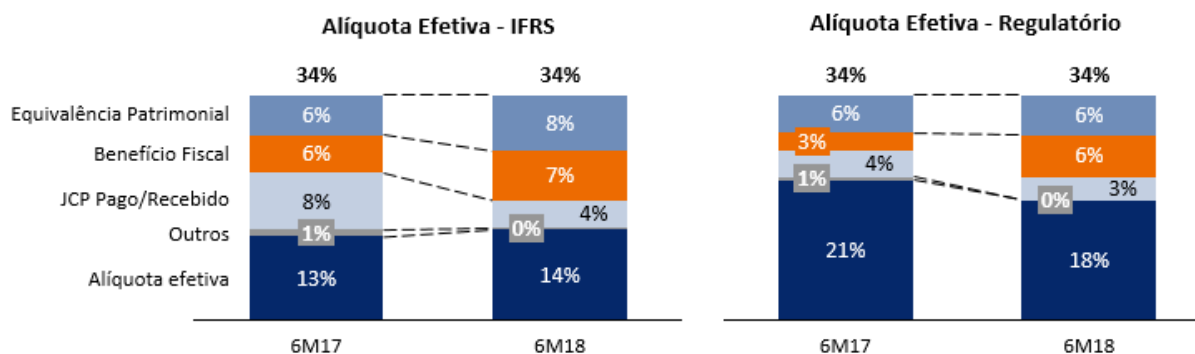
O aumento na linha de ajuste ao valor justo se deu em consequência da variação da marcação a mercado da dívida 4131.

Vale destacar aqui que, em maio deste ano, a Companhia repactuou o *Credit Agreement*, assinado em 7 de abril de 2014 – aditado em 7 de abril de 2017 e 29 de março de 2016 –, com o Citibank, alterando a data de vencimento da dívida de 20 de setembro de 2019 para 10 de maio de 2023 e sua taxa de juros de Libor+1,99% para Libor+0,34%, ao valor de principal de R\$ 350 MM pós-swap. Com essa repactuação, a Taesa alongou o prazo médio da sua dívida ao mesmo tempo em que reduziu a taxa de juros em Real do *Credit Agreement* de 114% para 106% do CDI.

3.14. Impostos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado apresentou uma variação expressiva na comparação entre o 2T18 e o 2T17, acompanhando o movimento da variação anual registrada no lucro antes dos impostos. Vale destacar que: (i) o benefício fiscal SUDENE da ATE II estava em processo de renovação em 2017, o que provocou uma redução da utilização do benefício naquele período (o mesmo voltou a ser utilizado em dezembro de 2017, após aprovação); e (ii) no 2T17 o montante pago a título de JCP, além de superar o montante do 2T18, provocou maior impacto na alíquota efetiva daquele trimestre, visto que o lucro antes dos impostos foi consideravelmente inferior. No Regulatório, o benefício fiscal foi o principal impacto na alíquota efetiva.

R\$ MM	IFRS			Regulatório		
Conciliação Imposto	2T18	2T17	Var%	2T18	2T17	Var%
Lucro antes dos impostos	289,8	64,5	349,1%	317,9	344,8	-7,8%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(98,5)	(21,9)	349,1%	(108,1)	(117,2)	-7,8%
Equivalência Patrimonial	25,4	1,3	1895,0%	19,9	20,3	-1,9%
SUDAM/SUDENE	19,5	2,2	787,2%	19,5	2,2	787,2%
JCP Pago/Recebido	22,4	26,6	-15,8%	22,4	26,6	-15,8%
Outros	0,8	(0,6)	-	0,7	(0,6)	-
IRPJ e CSLL reconhecido resultado	(30,5)	7,5	0,0%	(45,6)	(68,7)	-33,6%
Alíquota efetiva	10,5%	-11,6%	22,2 pp	14,4%	19,9%	-5,6 pp



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2018	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2020	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2026	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	1,65%	7,60%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
ERB1	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

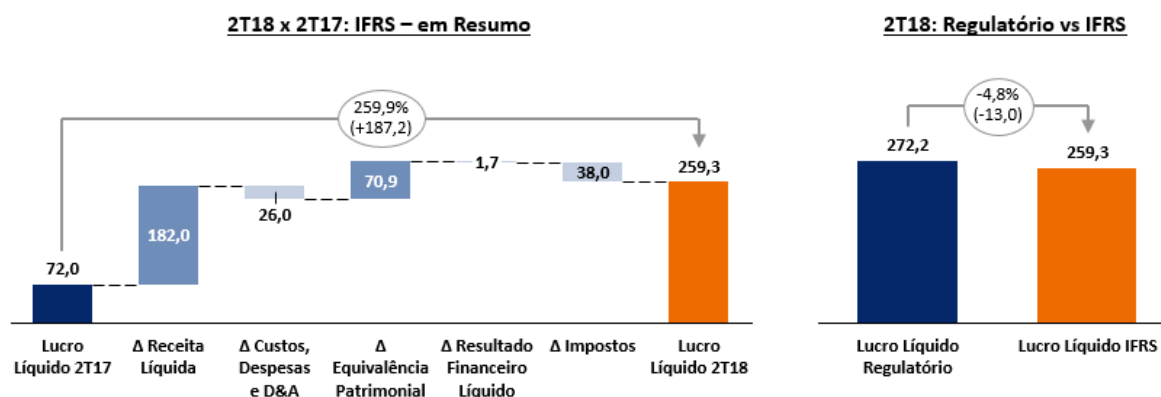
Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências recentes, a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU* e em São Gotardo, e passou a contabilizar com as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

3.15. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 259,3 MM no 2T18, R\$ 187,2 MM acima na comparação com o 2T17.

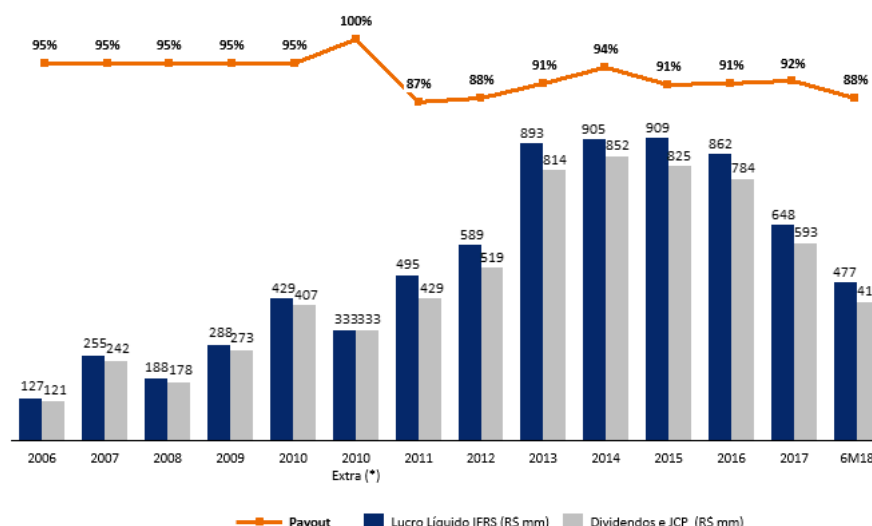


3.16. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No dia 11 de maio de 2018, a Taesa pagou R\$ 159,3 MM (R\$ 0,46/Unit) a título de dividendos adicionais referente à destinação do lucro líquido do exercício de 2017.

Em 23 de maio de 2018, a Companhia pagou mais R\$ 253,8 MM (R\$ 0,74/Unit), dividido da seguinte forma: (i) dividendos intercalares de R\$ 188,1 MM (R\$ 0,55/Unit) com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2018, e (ii) juros sob capital próprio de R\$ 65,8 MM (R\$ 0,19/Unit) com base na demonstração de resultado do período levantado em 30 de abril de 2018.

Adicionalmente, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, na data de hoje, a distribuição de (i) R\$ 91,8 MM (R\$ 0,27/Unit) a título de dividendos intercalares, e (ii) R\$ 72,5 MM (R\$ 0,21/Unit) a título de juros sobre o capital próprio (JCP), totalizando R\$ 164,3 MM (R\$ 0,48/unit). O pagamento referente a esta distribuição ocorrerá no dia 20 de agosto de 2018 com base na posição acionária de 9 de agosto de 2018.



* Reserva do IFRS

3.17. Endividamento

No 2T18, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 3.144 MM e o Caixa R\$ 833 MM, resultando em uma Dívida Líquida de R\$ 2.311 MM, um aumento de 6,1% em relação ao registrado no 1T18.

R\$ MM					
Dívida Líquida	2T18	% Dív Bruta	1T18	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	468,5	14,9%	433,8	14,1%	8,0%
TJLP	0,02	0,0%	0,02	0,0%	0,2%
Taxa Fixa	9,1	0,3%	9,1	0,3%	0,0%
CDI	4,7	0,1%	4,5	0,1%	4,4%
IPCA	454,8	14,5%	420,2	13,6%	8,2%
Longo Prazo	2.675,5	85,1%	2.650,8	85,9%	0,9%
TJLP	0,05	0,0%	0,1	0,0%	-10,2%
Taxa Fixa	33,4	1,1%	35,6	1,2%	-6,3%
CDI	638,0	20,3%	634,7	20,6%	0,5%
IPCA	2.004,0	63,7%	1.980,4	64,2%	1,2%
Endividamento Total	3.144,0		3.084,6		1,9%
(-) Caixa e Aplicações *	(832,8)		(905,6)		-8,0%
(=) Dívida Líquida	2.311,2		2.179,0		6,1%

* O valor do caixa é a soma das linhas Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários.

No segundo trimestre de 2018 a dívida bruta totalizou R\$ 3.144 MM e o caixa R\$ 832,8 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 2.311 MM. O aumento de 6,1% na dívida líquida neste período foi influenciado pelo pagamento de dividendos e JCP no montante de R\$ 413,2 MM e pelo acruar dos juros na dívida bruta.

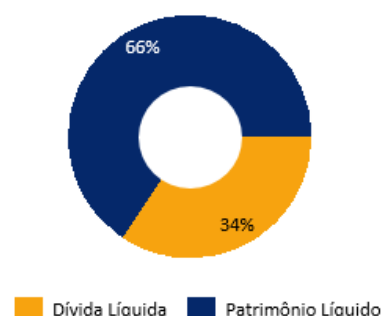
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 3.621 MM e o caixa de R\$ 926 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 409,2 MM e caixa/aplicações de R\$ 76,8 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 12,3 MM e caixa/aplicações de R\$ 9,1 MM; (iii) caixa/aplicações da Brasnorte no valor de R\$ 2,6 MM; e (iv) dívida das Transmineiras no montante de R\$ 55,4 MM e caixa/aplicações de R\$ 4,9 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 1,4x no 2T18, 16,7% menor que o 1,7x registrado no 2T17.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	3.144	833	2.311
Brasnorte (38,7%)	0	3	-3
ETAU (52,6%)	12	9	3
TBE (49,99%)	409	77	332
Transmineiras (30%)	55	5	50
TOTAL	3.621	926	2.695

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas, está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	1.124.385	37.617	IPCA + 4,85%	Br.AAA	Out/2020	Anual	1
		IPCA	995.281	35.004	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	CDI	284.024	5.561	105% do CDI	AAA.br	Set/2020	Bullet	1
	4ª Debêntures	IPCA	258.326	8.201	IPCA + 4,41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	SWAP - CITIBANK*	CDI	353.114	0	114.0% CDI	-	Set/2019	Bullet	1
	FINAME	pré-fix	233	1	8,70%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	TJLP	69	0	TJLP + 4,2%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	371	1	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	11.423	11	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	331,3	1	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	19.036	22	3,00%	-	Jun/2023	Mensal	12
SGT	FINAME	pré-fix	11.009	11	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
ETAU	1ª Debêntures	CDI	5.246	28	108% CDI	-	Dez/2019	Bullet	1
	BNDES	Selic	3.042	13	SELIC + 3,76%	-	Ago/2021	Monthly	12
	BNDES	TJLP	2.686	4	TJLP + 5,20%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	1.217	4	9,50%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	103,4	0,4	9,50%	-	Jan/2021	Mensal	12
EATE	3ª Debêntures	CDI	31.164	82	CDI + 1,15%	-	Mar/2019	Trimestral	4
	4ª Debêntures	CDI	42.055	434	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	5ª Debêntures - 1ª	CDI	62.914	300	113% CDI	-	Set/2019	Mensal	12
	5ª Debêntures - 2ª	CDI	26.963	129	116% CDI	-	Set/2021	Mensal	12
	6ª Debêntures	CDI	32.243	26	107.75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
EBTE	BNDES	TJLP	58.306	200	TJLP + 2,56%	-	Mai/2025	Mensal	12
		pré-fix	3.049	6	4,50%	-	Nov/2019	Mensal	12
ECTE	4ª Debêntures	CDI	10.663	135	CDI + 2,15%	-	Mar/2020	Trimestral	4
	3ª Debêntures	CDI	14.230	11	107,75% CDI	-	Set/2022	Monthly	12
ENTE	2ª Debêntures	CDI	65.603	676	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	3ª Debêntures - 1ª	CDI	13.957	67	113% CDI	-	Set/2019	Trimestral	4
	3ª Debêntures - 1ª	CDI	5.981	29	116% CDI	-	Set/2021	Trimestral	4
ETEP	2ª Debêntures	CDI	18.244	188	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
ESDE	BNDES	TJLP	7.167	23	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
		pré-fix	3.362	3	2,50%	-	Set/2022	Mensal	12
ETSE	BNDES	TJLP	6.404	21	TJLP + 2,02%	-	Nov/2028	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	4.589	7	3,50%	-	Nov/2023	Mensal	12
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	4.922	25	10,00%	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	1.515,8	8	9,50%	-	Mar/2025	Mensal	12
	1ª Debêntures	CDI	8.752	90	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	2ª Debêntures	CDI	8.934	7	107.75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	81	0	4.5%	-	Jul/2020	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	3.924	6	3.5%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.245	30	4.5% + TJLP	-	Abr/2021	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.417,7	40,5	3.5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	8.787	7	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	BNDES	pré-fix	1.120,4	27	6.0% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
TRANSUDESTE	2ª Debêntures	CDI	14.411	12	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
Total			3.531.902	89.066					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

3.18. Investimentos

No segundo trimestre de 2018, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas, investiram o total de R\$ 37,8 MM contra R\$ 8,1 MM investidos em 2T17. O aumento de R\$ 29,7 MM entre os períodos se deve, principalmente, aos maiores gastos com a construção de Miracema, conforme descrito na página 12, e à evolução dos projetos Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, ERB1, ESTE e EDTE.

R\$ MM	CAPEX					
Projetos em construção	2014	2015	2016	2017	6M18	TOTAL
Mariana	2.619	4.751	21.181	36.265	5.707	70.523
Miracema			1.197	35.191	23.659	60.047
Janaúba				3.825	3.850	7.675
Aimorés				3.923	2.089	6.012
Paraguaçu				5.750	2.239	7.989
ERB1				8.662	5.484	14.146
ESTE				868	1.402	2.270
EDTE					3.840	3.840
Total	2.619	4.751	22.378	94.484	48.269	172.501

Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de construção em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o Resultado em IFRS divulgado pela Companhia.

3.19. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 8 empreendimentos em construção com um investimento total de R\$ 4.985 MM e uma RAP de R\$ 905 MM (ciclo 2018-2019). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o montante a ser investido é de R\$ 3.164 MM com uma RAP proporcional de R\$ 584 MM. São eles:

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2018-19) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Previsão de Conclusão
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	82 km / Minas Gerais	100% Taesa	15	107	mai/14	jun/19
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	62	276	jun/16	dez/19
	EDTE (Lote M)	168 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	66	368	dez/16	dez/19
Leilão 013/2015 2ª Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE-TBE)	107	486	fev/17	fev/22
	Janaúba (Lote 17)	542 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	185	960	fev/17	fev/22
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	76	341	fev/17	fev/22
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	113	510	fev/17	fev/22
Leilão 005/2016 (Abr/16)	ERB1 (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	281	1937	ago/17	ago/22
TOTAL		2264 km		R\$ 905 MM	R\$ 4.985 MM		

Status dos Projetos

Mariana

- Licença Prévia (LP) emitida em março de 2017.
- Obras das subestações já iniciadas.
- Licenciamento ambiental em andamento para as linhas de transmissão.
- Pedido de extensão do prazo de conclusão em análise pela ANEEL (cronograma e reequilíbrio econômico).

Miracema

- O projeto encontra-se em andamento, visto que todas as licenças ambientais foram adquiridas: LI's e LP's das LT 500kV, LT 230Kv, SE Palmas, SE Lajeado e SE Miracema.
- As obras das SE's Lajeado e Palmas já foram iniciadas, bem como, das LT's de 230kV e 500kV.

EDTE

- LP emitida em junho de 2018.
- Licenciamento ambiental em andamento.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licenciamento ambiental em andamento.

Janaúba

- Projeto básico encontra-se aprovado pela ANEEL/ ONS para as linhas de transmissão e para subestações.
- Finalizadas as atividades de implantação de traçado / topografia.
- Aceite pelo IBAMA de licenciamento ambiental com rito simplificado (RAS) e início da análise do referido relatório, para fim de emissão da licença prévia (LP).

Aimorés

- Projeto básico protocolado na ANEEL e licenciamento ambiental em andamento.

Paraquacu

- Projeto básico protocolado na ANEEL e licenciamento ambiental em andamento.

ERB1

- Projeto básico em desenvolvimento e licenciamento ambiental em andamento.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Receita IFRS por concessão

A **Remuneração do Ativo Financeiro** é o resultado da multiplicação do saldo do Ativo Financeiro por uma taxa de retorno. A **Correção Monetária do Ativo Financeiro** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. No DRE, a **Remuneração do Ativo Financeiro**, a **Correção Monetária do Ativo Financeiro** e a **Receita de Construção** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na página 7).

R\$ MM					2T18
Concessão	Remuneração Ativo Financeiro	Correção Monetária Ativo F.	Construção	O&M	PV
NVT	34,5	23,8	2,0	27,9	(0,9)
TSN	14,2	11,1	1,6	51,7	(1,4)
MUN	2,2	1,7	-	3,5	(0,0)
GTE	0,6	0,7	0,0	0,5	-
PAT	2,1	2,4	-	1,2	-
ETE	8,4	8,4	0,0	10,6	(0,0)
ETA	1,0	2,0	2,0	1,6	(0,0)
BRA	1,5	(0,8)	-	0,3	-
NTE	11,4	9,7	0,1	8,6	(0,2)
STE	6,7	6,5	0,0	3,6	(0,4)
ATE	14,2	15,0	0,0	6,6	(0,1)
ATE II	19,2	22,4	0,1	14,9	(8,4)
ATE III	9,7	3,8	0,1	10,4	(0,1)
SÃO GOTARDO	0,9	(1,0)	-	0,4	-
EATE	13,5	20,9	-	4,7	(0,0)
EBTE	3,5	2,6	0,1	2,2	-
ECTE	1,1	1,7	-	0,4	-
ENTE	8,4	14,3	-	2,4	(0,1)
ERTE	1,8	3,5	-	0,9	-
ETEP	2,8	4,3	-	1,5	-
Lumitrans	0,9	1,7	-	0,3	-
STC	1,0	0,6	-	0,7	(0,0)
ESDE	1,1	0,3	-	0,3	-
ETSE	0,5	0,3	-	0,3	-
ESTE	0,1	-	1,1	0,0	-
MARIANA	1,1	-	2,8	0,0	-
MIRACEMA	2,2	-	16,8	0,0	-
Janaúba	0,5	-	2,1	0,0	-
ERB1	0,4	-	2,0	0,0	-
Aimorés	0,2	-	0,9	0,0	-
Paraguaçu	0,3	-	0,4	0,0	-
Transudeste	0,8	0,8	-	0,2	-
Transleste	1,2	1,2	-	0,2	-
Transirapé	0,8	0,9	-	0,2	-
EDTE	0,1	-	4,2	0,0	0,1
Total	169,1	158,9	36,5	155,8	(11,5)

O valor total é soma de cada concessão ponderada pela participação da TAESA.

4.2. Movimentação do Ativo Financeiro



Concessão	Ativo Financeiro 2T18	Taxa Anual	O&M Mensal (R\$ MM) ciclo 17-18	RAP ³ (R\$ MM) ciclo 17-18	Término Concessão	Redução da RAP
NVT	1.018	17,4%	9,3	517,2	dez-30	jun-18 a abr-19
TSN	370	11,0%	16,2	397,9	dez-30	mar-18 a jun-18
TSN Reforço	182	9,2%	1,1	30,0	dez-30	Não
MUN	72	12,4%	1,2	36,5	fev-34	out-20
GTE	24	11,0%	0,2	9,4	jan-32	ago-18
PAT	109	7,9%	0,4	25,0	dez-32	set-19
ETEO	342	10,5%	3,5	88,1	mai-30	out-16
ETAU	91	3,5%	0,5	24,2	dez-32	abr-20 to set-20
BRA ¹	114	5,1%	0,1	8,2	mar-38	Não
BRA ¹ Reforço	5	5,7%	0,0	1,8	mar-38	Não
NTE	325	14,9%	2,9	153,4	jan-32	jan-19
STE	271	10,3%	1,2	81,6	dez-32	jun-19 to jul-19
ATE I	622	9,6%	2,2	149,0	fev-34	out-20
ATE II	941	8,5%	5,0	230,3	mar-35	dez-21
ATE III ¹	539	6,7%	3,1	108,4	abr-36	abr-23 a mai-23
ATE III ¹ Reforço	48	7,1%	0,4	7,9	abr-36	Não
São Gotardo ¹	38	9,8%	0,1	5,2	set-42	Não
EATE	843	6,6%	1,6	177,1	jun-31	fev-18 a mar-18
EBTE ¹	406	3,6%	0,7	34,3	out-38	Não
ECTE	72	6,1%	0,1	9,1	nov-30	mar-17
ENTE	582	5,9%	0,8	112,5	dez-32	fev-20
ERTE	143	5,3%	0,3	25,3	dez-32	set-19
ETEP	181	6,4%	0,5	28,2	jun-31	ago-17
Lumitrans	72	5,1%	0,1	10,6	fev-34	out-22
STC ¹	88	4,9%	0,2	17,6	abr-36	nov-22
ESDE ¹	51	9,5%	0,1	6,5	nov-39	Não
ETSE ¹	39	5,4%	0,1	3,7	mai-42	Não
Transleste	61	9,6%	0,1	12,2	fev-34	dez-20
Transirapé	45	9,6%	0,07	9,8	mar-35	mai-22
Transudeste	41	9,6%	0,05	7,3	mar-35	fev-22
ESTE ¹²	3	17,2%	-	52,1	fev-47	Não
Mariana ¹²	81	5,7%	-	14,3	mai-44	Não
Miracema ¹²	79	14,0%	-	60,4	jun-46	Não
Janaúba ¹²	22	13,0%	-	180,3	fev-47	Não
Aimorés ¹²	7	15,4%	-	36,9	fev-47	Não
Paraguaçu ¹²	9	15,8%	-	55,0	fev-47	Não
ERB1 ¹²	16	11,8%	-	136,6	ago-47	Não
EDTE	4	12,2%	-	32,1	dez-46	Não
Total	7.953		52	2.896		

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ A RAP do Ativo financeiro não considera Rede Básica de Fronteira e DIT (Exclusivo)

Para as taxas das Transmineiras, a Companhia ajustou o cálculo para adequá-lo à metodologia do Ativo Financeiro da Taesa.

4.3. DRE 2T18

DRE	IFRS			Regulatório		
	2T18	2T17	Var%	2T18	2T17	Var%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	467.748	482.956	-3,1%
Operação e Manutenção	139.790	137.468	1,7%	-	-	
Remuneração do Ativo Financeiro	127.997	150.084	-14,7%	-	-	
Ativo Financeiro - Correção Monetária	104.612	(87.521)	-219,5%	-	-	
Construção	25.612	3.554	620,7%	-	-	
Outras Receitas	5.217	2.508	108,0%	520	312	66,7%
Parcela Variável	(11.418)	(6.396)	78,5%	(11.418)	(6.396)	78,5%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	391.810	199.697	96,2%	456.850	476.872	-4,2%
PIS e COFINS	(20.477)	(9.923)	106,4%	(22.810)	(23.141)	-1,4%
ISS	(46)	(45)	2,2%	(46)	(45)	2,2%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(20.049)	(20.458)	-2,0%	(20.049)	(20.458)	-2,0%
Deduções da receita operacional bruta	(40.572)	(30.426)	33,3%	(42.905)	(43.644)	-1,7%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	351.238	169.271	107,5%	413.945	433.228	-4,5%
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(31.847)	(27.676)	15,1%	(31.847)	(27.676)	15,1%
Material	(27.994)	(6.732)	315,8%	(833)	(461)	80,7%
Serviços de Terceiros	(14.242)	(12.875)	10,6%	(14.242)	(12.875)	10,6%
Depreciação e Amortização	(1.597)	(809)	97,4%	(47.384)	(46.886)	1,1%
Outras despesas Operacionais	(5.712)	(7.337)	-22,1%	(5.712)	(7.337)	-22,1%
Custos e Despesas	(79.795)	(54.620)	46,1%	(52.634)	(48.349)	8,9%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO	269.846	113.842	137,0%	313.927	337.993	-7,1%
Resultado de equivalência patrimonial	74.638	3.742	1894,6%	58.665	59.825	-1,9%
Renda de aplicação financeira	12.935	18.595	-30,4%	12.935	18.595	-30,4%
Despesas financeiras	(67.648)	(71.657)	-5,6%	(67.648)	(71.657)	-5,6%
Empréstimos e Financiamentos	(28.767)	(18.536)	0,55	(28.767)	(18.536)	0,55
- Juros incorridos	(3.911)	(3.288)	18,9%	(3.911)	(3.288)	18,9%
- Variação cambial	(49.785)	(16.085)	2,10	(49.785)	(16.085)	2,10
- Ajuste ao valor justo	24.929	837	2878,4%	24.929	837	2878,4%
Instrumentos financeiros derivativos	27.017	9.069	197,9%	27.017	9.069	197,9%
- Juros incorridos	(2.111)	(7.272)	-71,0%	(2.111)	(7.272)	-71,0%
- Variação cambial	49.784	16.084	209,5%	49.784	16.084	209,5%
- Ajuste ao valor justo	(20.656)	257	-	(20.656)	257	-
Debêntures	(63.110)	(60.243)	4,8%	(63.110)	(60.243)	4,8%
- Juros incorridos	(35.142)	(50.284)	-30,1%	(35.142)	(50.284)	-30,1%
- Variações monetárias	(27.968)	(9.959)	180,8%	(27.968)	(9.959)	180,8%
Outras Receitas (Despesas) Financeiras	(2.788)	(1.947)	43,2%	(2.788)	(1.947)	43,2%
Resultado Financeiro	(54.713)	(53.062)	3,1%	(54.713)	(53.062)	3,1%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	289.771	64.522	349,1%	317.879	344.756	-7,8%
Imposto de renda e contribuição social	(30.520)	7.512	0,0%	(45.632)	(68.686)	-33,6%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	259.251	72.034	259,9%	272.247	276.070	-1,4%
EBITDA	271.443	114.651	136,8%	361.311	384.879	-6,1%
Margem EBITDA	77,3%	67,7%	9,5 pp	87,3%	88,8%	-1,6 pp

4.4. DRE IFRS 2T18 (Subsidiárias)

R\$ 000	IFRS	ETAU	Brasnor	TBE	Aimorés	Paraguáçu	ERB1	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA								
Disponibilização do sistema de transmissão								
Operação e Manutenção		1.561	301	13.631	-	-	-	557
Remuneração do Ativo Financeiro		1.002	1.516	34.838	229	331	415	2.778
Ativo Financeiro - Correção Monetária		1.979	(815)	50.167	-	-	-	2.975
Construção		1.979	-	5.524	919	381	2.033	-
Outras Receitas		777	240	3.128	-	-	-	435
Parcela Variável		(15)	-	(156)	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		7.283	1.242	107.133	1.148	713	2.448	6.745
PIS e COFINS		(399)	(112)	(4.773)	(106)	(66)	(226)	(244)
ISS		-	-	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(225)	(108)	(4.228)	-	-	-	(265)
Deduções da receita operacional bruta		(624)	(220)	(9.001)	(106)	(66)	(226)	(509)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		6.659	1.022	98.132	1.041	647	2.222	6.236
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS								
Pessoal		(10)	(262)	(4.759)	(111)	(111)	(111)	(229)
Material		(2.087)	(42)	(5.808)	(834)	(347)	(1.847)	46
Serviços de Terceiros		(779)	(150)	(3.541)	(62)	(56)	(66)	(321)
Depreciação e Amortização		-	-	(207)	(3)	(4)	(3)	(57)
Outras despesas Operacionais		37	(59)	(982)	(2)	(3)	(3)	(90)
Custos e Despesas		(2.839)	(513)	(15.090)	(1.009)	(516)	(2.027)	(594)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		3.820	509	82.835	29	127	192	5.585
Resultado de equivalência patrimonial				1.659				
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS								
Renda de aplicação financeira		91	43	1.038	40	57	47	82
Despesas financeiras		(328)	(4)	(8.321)	1	0	1	(791)
Empréstimos e Financiamentos		(191)		(1.606)				(229)
Debêntures		(92)		(5.983)				(601)
Outras Receitas (Despesas) Financeiras		(45)	(4)	(493)	1	0	1	91
Resultado Financeiro		(237)	39	(7.283)	41	57	49	(709)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		3.583	548	77.211	70	184	241	4.876
Imposto de renda e contribuição social		(1.215)	31	(10.310)	(68)	(99)	(125)	(262)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.368	579	66.901	2	85	116	4.614
EBITDA		3.820	509	83.042	33	131	195	5.642
Margem EBITDA		57,4%	49,8%	84,6%	3,1%	20,2%	8,8%	90,5%

4.5. DRE Regulatório 2T18 (Subsidiárias)

R\$ 000	Regulatório	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu	ERB1	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA								
Disponibilização do sistema de transmissão		6.153	2.757	107.938	-	-	-	6.087
Outras Receitas		-	-	-	-	-	-	-
Parcela Variável		(15)	0	(156)	-	-	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		6.138	2.757	107.782	-	-	-	6.087
PIS e COFINS		(223)	(259)	(4.531)	-	-	-	(223)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(225)	(108)	(4.228)	-	-	-	(233)
Deduções da receita operacional bruta		(448)	(367)	(8.759)	-	-	-	(456)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		5.690	2.390	99.023	-	-	-	5.631
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS								
Pessoal		(1.339)	(1.124)	(19.619)	(178)	(174)	(185)	(1.283)
Material		(10)	(262)	(4.759)	(111)	(111)	(111)	(229)
Serviços de Terceiros		(28)	(6)	(213)	-	(0)	(2)	(4)
Depreciação e Amortização		(779)	(150)	(3.541)	(62)	(56)	(66)	(321)
Outras despesas Operacionais		(559)	(648)	(10.124)	(3)	(4)	(3)	(639)
Custos e Despesas		37	(58)	(982)	(2)	(3)	(3)	(90)
		(780)	(476)	(9.495)	(175)	(170)	(182)	(644)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.351	1.266	79.404	(178)	(174)	(185)	4.348
Resultado de equivalência patrimonial				2.974				
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS								
Renda de aplicação financeira		91	43	1.038	40	57	47	82
Despesas financeiras		(328)	(4)	(8.333)	1	0	1	(866)
Empréstimos e Financiamentos		(191)	-	(1.606)				(229)
Variações monetárias e cambiais				(240)				(52)
Debêntures		(92)	-	(5.983)				(601)
Outras Receitas (Despesas) Financeiras		(45)	(4)	(504)	1	0	1	17
Resultado Financeiro		(237)	39	(7.295)	41	57	49	(783)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		4.114	1.305	75.083	(138)	(117)	(136)	3.565
Imposto de renda e contribuição social		(1.395)	(226)	(9.508)	-	-	-	(212)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.719	1.079	65.575	(138)	(117)	(136)	3.353
EBITDA		4.910	1.914	89.528	(175)	(170)	(182)	4.987
Margem EBITDA		86,3%	80,1%	90,4%	0%	0%	0%	88,6%

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu e TBE se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.6. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

R\$ MM	IFRS		
Reconciliação EBITDA	2T18	2T17	Var.%
Lucro Líquido	259,3	72,0	259,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	30,5	(7,5)	-
Despesas Financeiras Líquidas	54,7	53,1	3,1%
Depreciação e Amortização	1,6	0,8	97,4%
Resultado de equivalência	(74,6)	(3,7)	1894,6%
EBITDA	271,4	114,7	136,8%
Margem EBITDA	77,3%	67,7%	9,5 pp

R\$ MM	Regulatório		
Reconciliação EBITDA	2T18	2T17	Var.%
Lucro Líquido	272,2	276,1	-1,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	45,6	68,7	-33,6%
Despesas Financeiras Líquidas	54,7	53,1	3,1%
Depreciação e Amortização	47,4	46,9	1,1%
Resultado de equivalência	(58,7)	(59,8)	-1,9%
EBITDA	361,3	384,9	-6,1%
Margem EBITDA	87,3%	88,8%	-1,6 pp

4.7. Balanço Patrimonial

R\$ 000	IFRS		Regulatório
Balanço	2T18	Ajuste	2T18
Ativo			
Caixa e equivalentes de Caixa	112.379	-	112.379
Títulos e valores mobiliários	716.206	-	716.206
Clientes	165.453	-	165.453
Ativo Financeiro	952.754	952.754	-
Impostos e contribuições sociais	41.664	-	41.664
Dividendos e JCP a Receber	20.013	-	20.013
Outros Ativos Circulantes	52.283	-	52.283
Total do Ativo Circulante	2.060.752	952.754	1.107.998
Títulos e valores mobiliários	4.212	-	4.212
Ativo Financeiro	4.131.575	4.131.575	-
Instrumento financeiro derivativos	7.848	-	7.848
Impostos e Contribuições Sociais Diferidos	-	(150.141)	150.141
Impostos e Contribuições Sociais	26	-	26
Investimento	1.865.233	260.011	1.605.222
Clientes	13.618	-	13.618
Depósitos Judiciais	27.642	-	27.642
Outras contas a receber	17.530	-	17.530
Imobilizado	22.777	(4.010.944)	4.033.721
Intangível	42.663	(131.734)	174.397
Total do Ativo Não Circulante	6.133.124	98.767	6.034.357
Total do Ativo	8.193.876	1.051.521	7.142.355
Passivo			
Fornecedores	26.370	-	26.370
Impostos e contribuições sociais	73.761	-	73.761
Empréstimos e financiamentos	10.742	-	10.742
Debêntures	459.472	-	459.472
Dividendos a pagar	7	-	7
Taxas regulamentares	69.017	-	69.017
Outras contas a pagar	41.158	-	41.158
Total do Passivo Circulante	680.527	-	680.527
Empréstimos e financiamentos	392.737	-	392.737
Debêntures	2.288.927	-	2.288.927
Impostos e contribuições sociais diferidos	99.544	72.675	26.869
Tributos diferidos	267.812	267.812	-
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	15.195	-	15.195
Obrigações Especiais	-	(12.516)	12.516
Outras contas a pagar	38.224	-	38.224
Total do Passivo Não Circulante	3.102.439	327.971	2.774.468
Patrimônio líquido			
Capital social Realizado	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de Capital	594.507	-	594.507
Reserva de Lucros	551.685	-	551.685
Dividendos intercalares e JCP	(253.845)	-	(253.845)
Prejuízos Acumulados	-	776.318	(776.318)
Resultado do período	476.528	(52.768)	529.296
Total do Patrimônio Líquido	4.410.910	723.550	3.687.360
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	8.193.876	1.051.521	7.142.355

4.8. Balanço Patrimonial TBE

R\$ 000	IFRS	Regulatório
Balanço	2T18	Ajuste 2T18
Ativo		
Caixa e equivalentes de Caixa	76.900	- 76.900
Clientes	21.639	- 21.639
Ativo Financeiro	299.334	(299.334)
Impostos e contribuições sociais	9.088	- 9.088
Outros Ativos Circulantes	42.611	0 42.611
Total do Ativo Circulante	449.573	(299.334) 150.239
Ativo Financeiro	2.181.275	(2.181.275)
Investimento	15.155	(3.211) 11.944
Outras contas a receber	13.943	(0) 13.943
Imobilizado	5.339	887.038 892.377
Intangível	-	-
Total do Ativo Não Circulante	2.215.712	(1.297.449) 918.264
Total do Ativo	2.665.285	(1.596.783) 1.068.502
Passivo		
Fornecedores	13.333	- 13.333
Impostos e contribuições sociais	25.835	- 25.835
Empréstimos e financiamentos	117.368	- 117.368
Dividendos a pagar	3.217	- 3.217
Taxas regulamentares	18.209	- 18.209
Outras contas a pagar	30.161	- 30.161
Total do Passivo Circulante	208.123	- 208.123
Empréstimos e financiamentos	291.852	- 291.852
Tributos diferidos	571.352	(568.560) 2.792
Outras contas a pagar	3.907	(0) 3.907
Total do Passivo Não Circulante	867.111	(568.560) 298.551
Patrimônio líquido		
Capital social Realizado	643.680	- 643.680
Reserva Legal	104.543	- 104.543
Reserva de Lucros	718.911	(1.032.126) (313.215)
Resultado do período	122.916	3.903 126.819
Total do Patrimônio Líquido	1.590.051	(1.028.223) 561.828
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.665.285	(1.596.783) 1.068.502

O Balanço da TBE acima não é auditado.

4.9. Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2T18
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do Período	476.528
Ajustes para:	
Resultado de equivalência patrimonial	(137.267)
Depreciação e amortização	3.081
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	2.754
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	30.208
Juros e variações monetárias sobre debêntures	120.894
Instrumentos financeiros derivativos	(23.225)
Imposto de renda e contribuição social	72.330
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.091
Tributos diferidos	(7.296)
Remuneração do ativo financeiro	(258.993)
Correção monetária do ativo financeiro	(173.183)
Receita de construção	(42.463)
Provisão de Parcela Variável	10.640
Custo de construção	3.677
Receitas financeiras	(24.534)
	56.242
Variações nos ativos e passivos:	
(Redução) em clientes	(1.308)
Redução do ativo financeiro	624.791
(Aumento) no saldo de impostos e contrib.sociais ativos líquido do passivo	2.052
(Aumento) no saldo de outra contas a receber	(1.678)
(Redução) no saldo de fornecedores	(16.604)
Redução no saldo de taxas regulamentares	(4.788)
(Redução) no saldo de outras contas a pagar	(12.469)
Dividendos e JCP recebidos das controladas em conjunto e coligadas	75.269
Caixa gerado pelas atividades operacionais	721.507
Imposto de renda e contribuição social pagos	(74.412)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	647.095
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	(121.849)
Adições e baixas no imobilizado e intangível	(9.514)
Aumento de capital na controlada em conjunto	(20.100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(154.977)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos	
Empréstimos e financiamentos - aquisição de controladas	
Captação de Empréstimos e Financiamentos	350.000
Debêntures	(32)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(339.423)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(6.070)
Pagamento de debêntures - juros	(8.859)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(3.772)
Pagamento de dividendos e JCP	(413.169)
Recebimento e liquidação de instrumentos financeiros	(15.094)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(436.419)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	56.680
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	112.379
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	55.699

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.